

Correição no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná



O ministro João Oreste Dalazen, corregedor-geral da Justiça do Trabalho (à direita), durante a leitura da ata correicional, em 9 de maio. A presidente do TRT-PR e membro do CSJT, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, e o procurador do Trabalho Ricardo Bruel da Silveira **p. 6 e 7**

Palestra do ministro do STF Ricardo Lewandowski

Em 30 de maio, o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná realizou o Seminário ISO 9000 e o Poder Judiciário, no auditório da PRT- 9ª Região. O ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski proferiu palestra para grande número de participantes: ministros, desembargadores de Justiça, desembargadores federais e do Trabalho, também de outros Estados, além de juízes e procuradores, advogados e servidores atuantes em gabinetes. **p. 5**



Nesta Edição

- Juízes substitutos participam de curso na EAJ-PR **p. 2**
- Instalação do PA de Campo Largo será em 16 de junho **p. 3**
- Ouvidoria: grande número de atendimentos **p. 3**
- TRT-PR firma convênio para mestrado do UNICURITIBA **p. 8**

Formação Inicial dos Magistrados



A partir da esquerda, os desembargadores Arion Mazurkevich (coordenador da EAJ), Rosalie Batista (presidente do TRT-PR), Rosemarie Pimpão (diretora da EAJ) e Ney José de Freitas (corregedor regional da Justiça do Trabalho do Paraná)

Os 17 juízes empossados em 18 de abril começaram, em 26 de maio, o Módulo Regional da Formação Inicial dos Magistrados do Trabalho, na Escola de Administração Judiciária do TRT-PR. O curso estende-se até 25 de julho. Durante um mês (de abril a maio), os juízes participaram do 5º Curso de Formação Inicial da Enamat, em Brasília.

A presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, saudou os novos juízes na abertura do curso. A magistrada abordou a valorização de todo o trabalho, seja anônimo ou não, reconhecendo o papel social de cada cidadão.

Na seqüência, a diretora da EAJ-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, parabenizou os novos magistrados. A seguir, falou sobre a importância de cursos iniciais para os juízes substitutos na formação, não só profissional, mas ética. Alertou que o juiz é responsável em suas decisões pelo atendimento ao cidadão. Deve sempre ouvir as partes, nunca prejudicar. Disse, ainda, que o magistrado

deve colocar-se no lugar das partes: deve ter humildade e serenidade para decidir, fé na Justiça e no justo.

A formação dos magistrados é realizada em todo o período de vitaliciamento dos juízes do Trabalho substitutos, em módulos nacional e regionais.

O objetivo geral do módulo regional é proporcionar ao magistrado uma formação

profissional tecnicamente adequada, eticamente humanizada, voltada para a defesa dos princípios do Estado Democrático e comprometida com a solução justa dos conflitos no âmbito de sua competência, com ênfase nos conhecimentos teórico-práticos, aprofundados para o exercício da função e sua inserção na realidade local.

Na 9ª Região, os juízes participam de treinamento teórico e prático. Dentre as atividades, aula expositiva e estudo de caso sobre técnica de instrução proces-

sual (instrução em contraditório e ônus da prova no processo do trabalho); seminário de discussão dirigida sobre efetividade da execução trabalhista e o novo processo de execução civil; palestra do corregedor regional da Justiça do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas (atuação, estrutura, atribuições e funcionamento da Corregedoria, além de questões disciplinares); pronunciamento da Secretaria-Geral da Presidência (processos de vitaliciamento e de promoção), além de estágios (observação de audiências e discussões da experiência com professor de prática de audiência), que trata dos conteúdos relativos à instrução probatória e das técnicas relativas às provas em espécie, a respeito da experiência vivenciada.

Após a conclusão do curso, os juízes deverão cumprir, no mínimo, carga semestral de 40 horas-aula e carga anual de 80 horas-aula de atividades de formação inicial até o vitaliciamento, conjugadas entre aulas teóricas e práticas, sob a supervisão da Escola de Administração Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. ■



Os juízes substitutos, empossados no dia 18 de abril, acompanham a abertura do Módulo Regional da Formação Inicial dos Magistrados do Trabalho, em 26 de maio

NONA

É uma publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michaela Bacila Batista. **Vice-Presidente:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins. **Assessora de Comunicação e**

Jornalista Responsável: Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Redação:** Jussara Elisa, Luiz Munhoz, Maria Ângela Marques e Rossana Tuoto. **Fotografia:** Gisele Brisk, Inara Passos, Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Jussara Elisa e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola. **Apoio:** Irene Ploker e Vera Gutmann. **Impressão:** Gráfica Multigraphic.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo) - 10º andar - Centro - Curitiba - Paraná - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9.jus.br

“Fale com a presidente” iniciou em maio

No dia 19 de maio, a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, desembargadora federal do Trabalho Rosalie Michaela Bacila Batista, recebeu oito servidores em audiência. O encontro faz parte do novo canal de comunicação interativa com os servidores da Justiça do Trabalho do Paraná: o programa “Fale com a presidente”.

Para a desembargadora Rosalie Batista, o primeiro encontro atendeu às expectativas que possuía. A magistrada disse que todas as propostas serão analisadas com muita atenção. “Tenho a consciência de que é necessário esse contato direto com os servidores para que eu possa vivenciar através deles as experiências que têm em seus locais de trabalho”, afirmou a presidente.

A desembargadora recebe bimes-

tralmente, no gabinete, até oito servidores em audiência para sugestões, críticas e dúvidas relativas à metodologia da ordem de serviço, às condições de trabalho e questões diversas do interesse individual e coletivo do corpo funcional. Os encontros ocorrem às segundas-feiras, na terceira semana dos meses ímpares.

Ao longo de duas horas (até 15 minutos por servidor ou grupo de servidores), a presidente está à disposição para ouvir, responder e dar encaminhamento às manifestações daqueles que se inscreverem ao evento.

As inscrições, atendi-

das na ordem cronológica, são feitas por mensagem eletrônica ao endereço fale.com.presidencia@trt9.jus.br.

Em razão da agenda da presidente, o próximo encontro será em 14 de julho (segunda-feira - segunda semana do mês). ■



O servidor Ronaldo Tramuja, da Seção de Conservação e Manutenção, foi o primeiro a participar do programa “Fale com a presidente”, no dia 19 de maio

Posto de Atendimento de Campo Largo

A presidente do Tribunal do Trabalho da 9ª Região (Paraná), desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, instala no próximo 16 de junho, às 16 horas, o Posto de Atendimento da Justiça do Trabalho de Campo Largo.

Com a unidade judiciária, o TRT da 9ª Região visa a facilitar o acesso do

jurisdicionado à Justiça do Trabalho, aproximando sua estrutura física da população.

O Posto, que funcionará na Rua XV de Novembro, 1.609, centro de Campo Largo, estará vinculado à 20ª Vara do Trabalho da capital, exercendo jurisdição sobre os municípios de Campo

Largo, Balsa Nova e Porto Amazonas.

A prefeitura municipal cedeu, sem ônus para o TRT-PR, o uso do prédio para funcionamento do PA. A metragem total da construção é de 180 m², distribuídos em sala de audiências, gabinete de juiz, secretaria e hall público, dentre outras dependências. ■

Ouvidoria do TRT recebe grande número de colaborações

O número de colaborações recebidas pela Ouvidoria do TRT-PR aumentou em 2008, comparativamente ao ano anterior. Nos cinco primeiros meses - de 7 de janeiro a 13 de maio - foram recebidas 637 manifestações de cidadãos. Nos 12 meses de 2007, o total foi de 797 - apenas 160 a mais.

O acréscimo na procura deve-se à divulgação das atividades do órgão, mediante distribuição de cartazes em todo o Paraná. O maior interesse tem sido demonstrado para obtenção de informações processuais, que constituem 262 das 637 manifestações.

Criada em 27 de novembro de 2006, a Ouvidoria recebe as seguintes manifestações: elogios, sugestões, pedidos de informação e de providências, além de re-

clamações.

A proposta do TRT-PR é que a Ouvidoria seja - de forma permanente - mais um canal de comunicação entre o cidadão e o Tribunal. Com isso, pretende-se a melhoria do atendimento ao jurisdicionado, fomentando o acesso à informação e assegurando transparência à gestão pública.

O ouvidor-geral é o vice-presidente do TRT paranaense, desembargador federal do Trabalho Luiz Eduardo Gunther. Para manifestações, basta acessar formulário disponível no site www.trt9.jus.br, no link da Ouvidoria. Outros meios de comunicação com a Ouvidoria são: o telefone (41) 3310-7473, o fax (41) 3310-7472 e o e-mail ouvidoria@trt9.jus.br.

Ministro do STF Ricardo Lewandowski profere palestra em seminário

“O ISO 9000 e o Poder Judiciário - Realidade no STF, Possibilidade nos Tribunais Brasileiros”



O desembargador Sergio Murilo Lemos, coordenador do simpósio, durante seu pronunciamento. À mesa, a partir da esquerda, a procuradora-chefe Lair Carmen Guimarães (PRT-9ª Região), o desembargador do TRF-4ª Região Edgard Lippmann, o ministro Ricardo Lewandowski (STF), a desembargadora Rosalie Batista (presidente do TRT-9ª Região), o ministro Fernando Ono (TST) e o desembargador Antônio Noronha (1º vice-presidente do TJ-PR)

No dia 30 de maio, o auditório da sede da Procuradoria Regional do Trabalho acolheu grande número de participantes do seminário organizado pelo Tribunal Regional do Trabalho (PR). O tema despertou o interesse de ministros, desembargadores de Justiça, desembargadores federais e do Trabalho, também de outros Estados, além dos juízes e procuradores do Trabalho, advogados e servidores atuantes em gabinetes.

O ministro do Supremo Tribunal Federal Enrique Ricardo Lewandowski foi saudado pela presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista. A magistrada destacou que o ministro foi convidado a compartilhar da experiência bem-sucedida em seu gabinete, o qual recebeu a certificação ISO 9001: 2000, em 2007, após auditoria da Fundação Vanzolini, que atestou a busca de uma gestão da qualidade na prestação de serviços ao público. Enfatizou a presidente do TRT a autoridade do ministro para falar sobre o tema - “A experiência inovadora da certificação do gabinete” - referendada pelas notícias trazidas pelo coordenador do evento, o

desembargador federal do Trabalho Sergio Murilo Rodrigues Lemos.

Antes de descrever os procedimentos adotados em seu gabinete para um “Sistema de Gestão da Qualidade”, o ministro demonstrou a motivação maior que o impulsionou a adotar tal sistema. Trouxe reflexões acerca da efetivação dos direitos fundamentais, diante de uma nova sociedade, “com cidadãos que reconhecem o seu direito a ter direitos”. Referiu-se à evolução histórica dos direitos fundamentais alçados a norma constitucional, em especial ao inciso LXXVIII (acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004), ao artigo 5º da Constituição Federal, que dispôs: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. Assim, destacou que propiciar meios racionais com ferramentas de gestão administrativa, que visassem a atingir essa almejada celeridade, poderia ser o primeiro passo para atingir essa meta.

Citando o filósofo e jurista Norberto Bobbio, enfatizou: “o maior problema dos direitos fundamentais não é con-

hecê-los, mas protegê-los”, sendo esse o maior desafio do Poder Judiciário.

Explicou o magistrado que “a série ISO 9000 é uma concentração de normas que formam um modelo de gestão da qualidade para organizações que podem, se desejarem, certificar seus sistemas de gestão através de organismos de certificação (tais como a SGS Société Générale de Surveillance, Fundação Carlos Alberto Vanzolini, SAS Certificadora e DNV, entre outros). Foi elaborada através de um consenso internacional sobre as práticas que uma empresa pode tomar a fim de atender plenamente os requisitos de qualidade do cliente. A ISO 9000 não fixa metas a serem atingidas pelas empresas a serem certificadas, a própria empresa é quem estabelece as metas a serem atingidas. A sigla ISO denomina a International Organization for Standardization, ou seja, Organização Internacional de Padronização. Ela é uma organização não governamental que está presente hoje em cerca de 120 países. A organização foi fundada em 1947 em Genebra, e sua função é promover a normatização de produtos e serviços, utilizando determinadas normas, para que a qualidade dos produtos seja sempre melhorada. No Brasil, o órgão regulamentador da ISO chama-se ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). A ISO 9000 é um modelo de padronização. A organização deve seguir alguns passos e atender alguns requisitos da ISO 9001 para serem certificadas”.

O ministro passou a demonstrar a possibilidade de implementação dessas normas no Judiciário, sendo o jurisdicionado o cliente preferencial e o processo com trâmite célere e de qualidade, o produto final.

Estabeleceu três características iniciais para classificar o produto (processo): gravidade, urgência e tendência (decisão inovadora ou não), com especifica-

ção do peso (1 a 5), considerando esses elementos de avaliação para estabelecer as prioridades do trabalho e o direcionamento aos colaboradores (servidores que atuam no gabinete), com perfis correspondentes. O que lhe possibilitaria também avaliar constantemente o “peso” dos colaboradores.

Na continuidade, discriminou em que consistia o padrão ISO como ferramenta de gestão, lembrando os três mandamentos da boa administração - comandar, controlar e corrigir. Citou alguns requisitos: política de qualidade; planejamento das atividades; mensuração e avaliação permanente dos resultados (trabalhar com dados); sistema eficaz de comunicação e informação (saber onde estão os processos e com quem, para comunicação interna e externa); envolvimento e comprometimento constante da equipe; abordagem sistêmica; decisão com dados objetivos (permanentemente atualizados); melhoria contínua (auditorias permanentes), inclusive com sugestões de todos os servidores do gabinete, investimento no aperfeiçoamento técnico da equipe; relações de parceria com instituições externas, setores burocráticos e administrativos do Tribunal, bem como, Escolas da Magistratura.

Expôs os resultados práticos alcançados em seu gabinete, com a redução do número de processos em pouco espaço de tempo, considerando os 1.000 processos recebidos por mês e a média de recorribilidade. Ainda, que a média de tramitação de *habeas corpus* diminuiu de sete meses para quatro meses, sendo que as liminares de *habeas corpus* são concedidas no prazo de 24 horas.

Concluiu, ao final de sua exposição, que essa abordagem implica, necessariamente, numa mudança de cultura, de mentalidade. Citando Lao Tse, frisou que toda grande marcha inicia com o primeiro passo. Convidou a todos os magistrados a dar esse primeiro passo.

Na seqüência, a palestra do jurista **Cássio Mesquita Barros** (professor titular da USP e presidente da Fundação Arcadas) sobre o tema: “A Fundação Arcadas e seu papel”, veio complementar as informações do ministro Lewandowski.

Destacou o professor, a ligação da

Fundação Arcadas com a Universidade de São Paulo (USP) e a sua finalidade cultural, tendo atuado perante o STF a convite do ministro Lewandowski. Relatou que a assinatura de um contrato de cooperação técnica com a Fundação Arcadas possibilitou que o processo desenvolvido para a implementação da ISO 9001:2000 levasse a algumas conclusões, principalmente, a de que a engenharia faz parte do direito. Citou como exemplo a gestão da produtividade, sendo a inteligência dos professores da Politécnica da USP dirigida a engenharia de produção (tempo de trabalho e métodos). Informou que efetiva obra de reestruturação e engenharia no gabinete do ministro foi desenvolvida, visando aos princípios da celeridade buscada como meta.

Em continuidade, o professor da politécnica da USP, **Luiz Natal Rossi** (coordenador dos trabalhos junto ao STF), expôs - “A Fundação Arcadas e os processos de implementação da ISO 9001:2000 para o Poder Judiciário”.

O professor sintetizou alguns requisitos básicos nesse processo: padronização de todos os processos-chaves, processos que afetam o produto e conseqüentemente o cliente (jurisdicionados e advogados); monitoramento e medição dos processos para assegurar a qualidade do produto/serviço, através de indicadores de atuação e desvios; implementar e manter os registros adequados e necessários para garantir a rastreabilidade do processo; inspeção de qualidade e meios apropriados de ações corretivas quando necessário; e revisão sistemática dos processos e do sistema da qualidade para garantir sua eficácia. Frisou que o trabalho tem que ser racionalizado, com metas específicas e que inicia no primeiro escalão: “uma escada se varre de cima para baixo”. Segundo o professor, alguns itens devem ser observados no modelo de um sistema de gestão de qualidade, ou seja, os objetivos devem ser mensuráveis, coerentes com a política e relacionados aos requisitos. Citou como um dos benefícios desse sistema o desenvolvimento da conscientização e da competência das pessoas com foco nas metas e no planejamento do trabalho. Apontou vanta-

gens de aplicação no Poder Judiciário, considerando que possui pessoal qualificado e com facilidade para interpretação de sistema formal, com iniciativas que visam sempre a melhorar e racionalizar o trabalho. Lembrou, por fim, que a cada três anos tem que ser revalidada a certificação, caso haja interesse em certificar o sistema de gestão da qualidade.

Encerrando o seminário, a chefe de gabinete do ministro Lewandowski, **Patrícia Maria Landi da Silva Bastos**, descreveu a experiência prática implementada no gabinete, a partir de janeiro de 2007 (quando assumiu a coordenação). Relatou que o primeiro passo foi o treinamento da equipe e a estruturação da área interna de recursos humanos, implementando uma mudança de pensamento e postura. Cursos específicos foram dirigidos aos servidores, além de promoções concedidas apenas por mérito e competência.

Afirmou que o gabinete pertence a um ministro com a racionalidade também de um executivo, cabendo, portanto, as modificações implementadas.

Deu continuidade ao objetivo central fazendo um mapeamento dos fluxos internos de trabalho, processos e classes processuais; análise das rotinas internas para redução do trâmite; gerenciamento do acervo para possibilitar a localização interna de processos em até cinco minutos; e utilização das ferramentas próprias da informática para gerenciamento de dados. E, prosseguindo na implantação do sistema de gestão de qualidade, buscou o nível máximo de especificação do processo, bem como a implantação do relatório de produtividade individual e metas a serem atingidas.

Comentou os resultados obtidos na celeridade e redução do trâmite processual, bem como a motivação e o comprometimento permanente da equipe, aliados ao diálogo aberto para avaliações e sugestões de todos.

As palavras finais foram do coordenador do evento, desembargador Sergio Murilo Rodrigues Lemos, que salientou o interesse de grupos de trabalho em atingir os mesmos objetivos na difusão e implementação do sistema de gestão da qualidade para futuro próximo. ■

Correição ordinária no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná

Para o corregedor-geral João Oreste Dalazen, o TRT-PR é “operoso, pautado pela moralidade e pela busca da eficiência”



O ministro João Oreste Dalazen, corregedor-geral da Justiça do Trabalho, realizou correição ordinária no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, de 5 a 9 de maio

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, realizou correição no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, de 5 a 9 de maio. A Corregedoria é o órgão encarregado da fiscalização e disciplina administrativa dos TRTs, extensiva também aos juízes. A inspeção periódica ordinária está prevista no art. 6º, inciso III, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Da agenda do ministro, constaram encontro com a OAB-PR e outros interessados, no gabinete da Presidência do TRT-PR, visita à futura sede do Tribunal, em Curitiba e reunião na Amatra-IX, dentre outros compromissos. Na oportunidade, o corregedor-geral recebeu a imprensa, quando fez uma avaliação do TRT paranaense no que se refere a

número de magistrados e servidores, movimentação processual e ferramentas da informática utilizadas pelo Regional, dentre outros pontos.

■ CORREGEDOR-GERAL

O ministro do TST João Oreste Dalazen nasceu em Getúlio Vargas (RS), em 12 de janeiro de 1953. Obteve graduação e pós-graduação em Direito, em nível de mestrado, pela Universidade Federal do Paraná.

Procurador da Caixa Econômica Federal (1978 a 1980). Aprovado em 1º lugar no concurso público para promotor de Justiça substituto

no Estado do Paraná (1978). Juiz do Trabalho substituto do TRT da 9ª Região (PR), de dezembro de 1980 a junho de 1982. Promovido, por merecimento, ao então cargo de Juiz-Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ). Presidiu no Paraná, sucessivamente, as JCJs de Maringá (07/82 a 11/83), Guaruapuava (11/83 a 07/86) e 4ª de Curitiba (86/93). Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região em dois mandatos (1984/85). Professor concursado da Faculdade de Direito da PUCPR (86/89). Professor assistente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná até agosto de 2001.

É professor da Faculdade de Direito da UnB. Juiz do TRT da 9ª Região (1993/96), mediante promoção por merecimento. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho a partir de julho de 1996. Autor da monografia “Competência Material Trabalhista” e de dezenas de artigos doutrinários.

Atualmente, é corregedor-geral da Justiça do Trabalho e membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

■ LEITURA DA ATA

Em sessão pública, o ministro apresentou suas conclusões sobre questões administrativas e jurisdicionais do TRT paranaense. Em linhas gerais, segundo



O juiz Eduardo Milléo Baracat, titular da 9ª VT de Curitiba, expõe ao ministro Dalazen o funcionamento do Sistema AUD - registro audiovisual de depoimentos em sala de audiência, colocado em prática naquela Vara

o ministro, o TRT-PR exibiu uma performance positiva. Em alguns pontos, segundo ele, não só animadora, mas exemplar. Afirmou que o 9º Regional “é um tribunal sério, operoso e pautado na moralidade e na busca da eficiência, tendo como norte a população”.



O ministro João Oreste Dalazen, ao lado do presidente da Amatra-IX, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, em visita à sede da associação, em encontro com magistrados da 9ª Região da Justiça do Trabalho

De acordo com o corregedor-geral, a estrutura do TRT-PR é adversa: carência de pessoal e grande volume de processos para julgamento. O Regional - sexto do Brasil em movimentação processual - apresenta um quadro semelhante ao vivido pela Justiça do Trabalho de todo o país. Segundo ele, o esforço de magistrados e servidores, aliado a medidas voltadas para dar mais celeridade aos julgamentos, encontram o obstáculo no número cada vez maior de processos recebidos, o que resulta em elevada taxa de congestionamento.

Nas Varas do Trabalho do Paraná há cerca de 185 mil processos em fase de execução. A taxa de congestionamento tem apresentado queda: em 2006 era de 46% e hoje a marca é de 38%. Dos 24 TRTs, o 9º Regional tem a 14ª taxa mais elevada do Brasil. Já nos processos em fase de conhecimento, a taxa é a quarta mais alta do país, com 62.589 processos pendentes de solução. Segundo a ata correicional, essa pendência deve-se ao aumento do número de proces-

sos recebidos em 2007, que foi 18% superior ao registrado em 2006. Foram recebidas no ano passado 104.192 reclamações trabalhistas e solucionadas 105.161. Em média, cada magistrado de primeiro grau solucionou no ano passado 378 processos. Ou seja, 62%

do total de recebidos na primeira instância no período.

No Tribunal (segunda instância), foram recebidos 40.362 processos e julgados 38.006, no ano passado. O percentual de solução é de 78% do “estoque” do TRT. Comparado a 2006, o total de recebidos é 15% maior e o

de solucionados é 12% superior. Cada desembargador solucionou 1.520 processos em 2007. Segundo o ministro, é uma boa colocação, se comparado com outros Regionais do Trabalho.

De acordo com a correição, no que tange à área administrativa, na Justiça do Trabalho do Paraná não há marasmo, tampouco imobilismo. Mostra-se um Regional inventivo, colocando em prática iniciativas avançadas na área de informática e positivas em gestão pública.

O corregedor citou como exemplo o Sistema AUD - registro audiovisual de depoimentos em sala de audiência - que está sendo colocado em prática, experimentalmente na Justiça do Trabalho do Paraná. O ministro destacou também os trabalhos voltados à Responsabilidade Social, como farmácia e biblioteca solidárias, além de campanhas de arrecadação de alimentos e de agasalhos (inverno).

Ao final da leitura da ata correicional, o ministro fez algumas recomendações ao Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, dentre elas: realização de curso de cálculos trabalhistas pela EAJ do Tribunal, transferência da Vara do Trabalho de Loanda para o Fórum de Araucária (tendo em vista a movimentação processual das unidades judiciárias) e designação de sessões extraordinárias, visando à redução de resíduos processuais da Seção Especializada. ■



Durante a correição, o ministro João Oreste Dalazen visitou a futura sede do TRT do Paraná, acompanhado pelos desembargadores Rosalie Batista (presidente do TRT-PR) e Ney José de Freitas (corregedor regional)

Escola de Administração Judiciária: mestrado

Progredindo na efetivação de uma de suas atribuições, a Escola de Administração Judiciária do TRT, criada pela EC 45/2004, além de trazer especialistas em temas interdisciplinares, como o estudo da Economia do Trabalho mediante convênio com a Unicamp, passa a dar ênfase à formalização acadêmica de cursos e identificação de multiplicadores do conhecimento, alinhando-se, sempre, às metas planejadas para gestão de recursos humanos fixadas pelo Tribunal.

Para cumprir a recomendação constitucional, em 5 de maio, foi celebrado convênio entre a Escola e a instituição Unicuritiba, que permitirá a juízes e servidores, aprovados em teste seletivo organizado pela instituição de ensino, cursar mestrado em Direito. O objetivo do incentivo à qualificação permanente,

que segue sendo atendido pela EAJ-PR, é aperfeiçoar, com qualidade, a presta-

ção jurisdicional trabalhista devida aos paranaenses. ■



A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Batista (sentada) e o juiz Eduardo Baracat (1º à esquerda), Nelson Barreto e Rosa Vianna de Barros (Novo Ateneu), Edelcio Jacomassi e Renato Silva (Unicuritiba)

XIV Conamat reúne 700 participantes

O XIV Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, sediado em Manaus, ocorreu de 29 de abril a 2 de maio, reunindo 700 participantes.

Compareceram ao Conamat 18 juízes da 9ª Região, que discutiram teses em comissões técnicas; após levadas à plenária, resultaram na “Carta de Manaus”, com grande ênfase na tutela ao meio ambiente de trabalho digno.

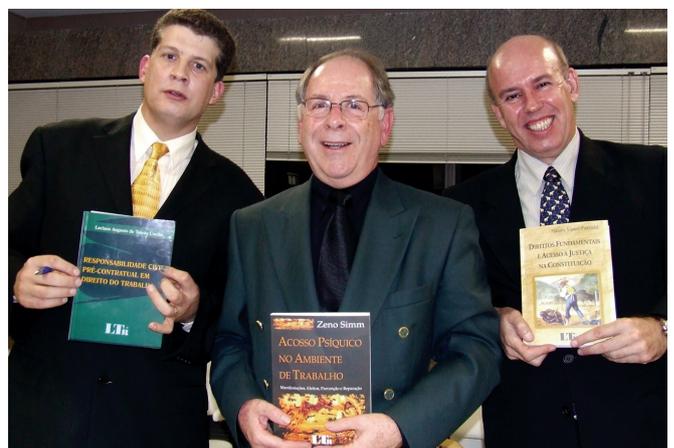
Foram lançadas 13 obras jurídicas, das quais cinco são de juízes paranaenses: Zeno Simm (aposentado), Odete Grasselli, Júlio Ricardo de Paula Amaral e José Aparecido dos Santos (coordenador do livro coletivo, em comemoração aos 30 anos da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região). Na oportunidade, foi aprovada em plenária tese da juíza Valéria Rodrigues Franco da Rocha.

Destacou-se no evento a palestra proferida pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Carlos Ayres Britto, que conclamou magistrados a resolver problemas concretos. Finalizou com um apelo para que haja união da técnica jurídica à intuição do magistrado, “já que o sentimento não gosta do mundo das normas, e sim do mundo dos fatos, que nos catapultam para a vida”. ■

Lançamento de obras jurídicas na Amatra IX

A Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região (Amatra IX) promoveu, na noite de sexta-feira (16), o lançamento de três novas obras jurídicas: “Responsabilidade Civil Pré-Contratual em Direito do Trabalho”, “Direitos Fundamentais e Acesso à Justiça na Constituição” e “Acoso Psíquico no Ambiente de Trabalho - Manifestações, Efeitos, Prevenção e Reparação”. Os livros são, respectivamente, de autoria dos juízes Luciano Augusto de Toledo Coelho, juiz substituto da 1ª Vara do Trabalho de Araucária; Mauro Vasni Paroski, juiz

titular da Vara do Trabalho de Porecatu, e Zeno Simm, juiz aposentado do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. O evento, que teve apoio da LTr Editora, ocorreu na sede da Amatra IX, em Curitiba, e contou com a presença de magistrados, advogados, amigos e familiares dos autores. ■



A partir da esquerda, os juízes Luciano Coelho, Zeno Simm e Mauro Paroski, durante o lançamento de obras jurídicas na Amatra-IX

1. Mudança no endereço de e-mail

Dando continuidade à padronização de endereços eletrônicos do Poder Judiciário, informamos que o endereço dos e-mails dos usuários do TRT foram mudados em 30 de maio. Onde era “.gov.br” passa a ser “.jus.br”. Exemplo: “nomesobrenome@trt9.gov.br” mudou

para “nomesobrenome@trt9.jus.br”.

Visando a evitar problemas no recebimento de mensagens, durante um determinado período de tempo os e-mails enviados para o antigo endereço ainda serão recebidos.

Todo e-mail enviado a partir de 31

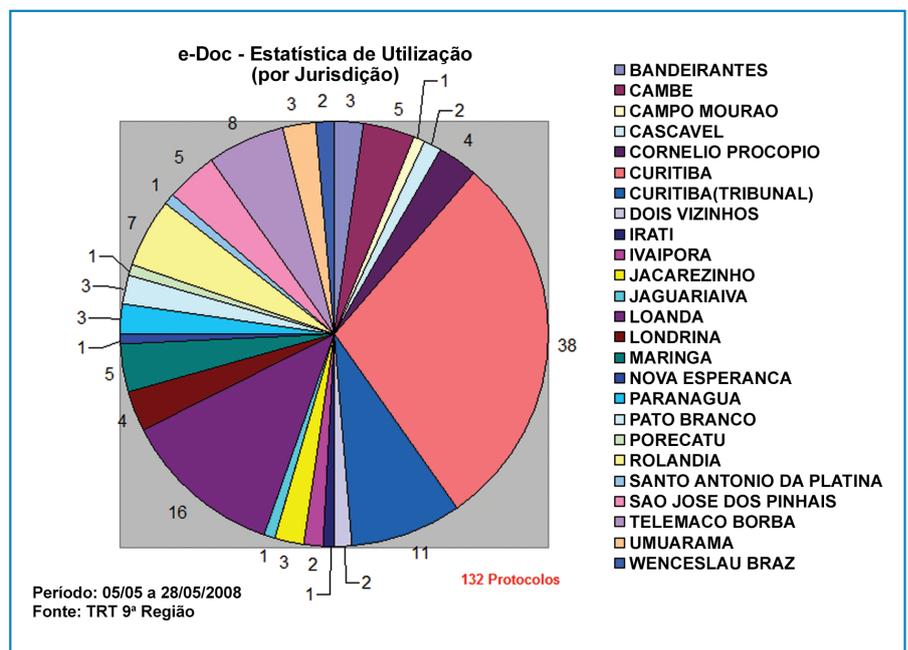
de maio será enviado com o endereço novo. Desta forma, deverá ser divulgado e utilizado somente o seu endereço novo.

A página de acesso ao correio eletrônico do TRT-PR também mudou para correio.trt9.jus.br. ■

2. E-Doc: estatística de utilização em maio/08

Desde o dia 5 de maio, o TRT do Paraná disponibilizou aos advogados, peritos e partes o aplicativo e-Doc - Protocolo Eletrônico de Petições - através da internet. O sistema integrado de protocolização e fluxo de documentos eletrônicos contempla uma parte do Projeto de Informatização da Justiça do Trabalho. Para a equipe técnica da Secretaria de Informática, que atuou na implantação deste aplicativo no 9º Regional, o número de petições recebidas através do e-Doc até este momento foi surpreendente. Mais de 130 petições protocoladas em apenas três semanas; valores muito superiores a diversos outros Regionais.

Isto corrobora a tese de que nossos usuários estão cada vez mais preparados para usufruir de sistemas eletrônicos em substituição ao uso do tradi-



cional papel. Acima, a demonstração gráfica do recebimento de petições

através do e-Doc no Tribunal do Trabalho do Paraná (por jurisdição). ■

Primeiras petições mediante o sistema e-doc são protocoladas no TRT do Paraná

O sistema integrado de protocolização e fluxo de documentos eletrônicos, chamado e-doc, foi desenvolvido pelo TRT da 4ª Região.

A primeira petição via e-doc foi protocolada no Regional paranaense já no dia 5 de maio, às 17h07. No mesmo dia, o Serviço de Distribuição dos Feitos de Curitiba recebeu a primeira petição mediante o sistema eletrônico. As demais unidades judiciárias que receberam as suas primeiras petições via e-doc são: Maringá, Cornélio Procópio, Cascavel, Wenceslau Braz e Umuarama.

O aplicativo pode ser acessado no site do TRT do

Paraná (www.trt9.jus.br), através de link para o portal da Justiça do Trabalho. Também na página do Tribunal, há manual sobre a utilização do sistema.

A única obrigatoriedade imposta para a utilização do sistema é o uso do certificado digital para a realização do peticionamento eletrônico, mediante o uso de cartão e o cadastramento de senha.

O uso deste aplicativo é regulamentado pela Instrução Normativa 30/2007 do TST, capítulo III, cujos artigos fazem menção à informatização do processo judicial disposta na Lei 11.419/2006.

A integração digital da Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho já concluiu 90% da implantação de sua rede corporativa, que deverá integrar os computadores do Tribunal Superior do Trabalho e dos 24 Regionais. O projeto é executado pela Embritel, que venceu a licitação em agosto de 2007. Há dois meses foi dado o aceite provisório pelo Judiciário Trabalhista, concedendo-se à operadora 60 dias para ajustes. A conclusão e operação plena do sistema, que deverá resultar em economia de tempo e recursos, é prioridade do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

A rede de longa distância estará completa com a implantação do chamado backbone, que interligará o TST às sedes dos TRTs. Pela infovia princi-

pal trafegarão serviços de videoconferência, transmissão de dados e voz e os programas desenvolvidos para a gestão integrada de informação, como o Sistema Unificado de Acompanhamento Processual, o peticionamento eletrônico (e-Doc), a carta precatória eletrônica e o ensino a distância.

O treinamento dos profissionais de TI, bem como dos magistrados responsáveis pelo gerenciamento da área, já está ocorrendo por videoconferência, sendo certo que a ferramenta proporciona economia de custos com deslocamentos e diárias, além de maior objetividade nas reuniões.

Participaram da videoconferência transmitida para Curitiba, o juiz Bráulio Gabriel Gusmão, membro da CAPI-JT,

Comissão de Avaliação dos Projetos de Informatização da Justiça do Trabalho, e o desembargador Sergio Murilo Rodrigues Lemos, presidente da Comissão de Informática do TRT-PR. "A ferramenta surpreende, com economia espantosa de muitos custos, evitando deslocamentos, diárias, além de trazer objetividade às reuniões que não sofrem interrupções desnecessárias, ocorridas apenas para debates pontuais. Supera, pela adequação, outras ferramentas testadas antes, mais convencionais, aliando o backbone a recursos contidos em pequeno ambiente físico, como câmara digital de alta resolução, tela digital de boa dimensão e microfone multidirecional de grande acuidade", destaca o magistrado. ■

Dicas para um meio ambiente saudável

■ REDUZIR, REUTILIZAR, REPENSAR E RECICLAR

Reduzir - consumir apenas o necessário.

Reutilizar - evitar o desperdício, aproveitando melhor o produto e aumentando sua vida útil.

Repensar nossos hábitos de consumo, refletir sobre aquilo que realmente precisamos, fazer diferente aquilo que estamos acostumados a fazer.

Reciclar - depois de tudo, cuidar para que se possa reciclar aquilo que sobrou.

É sempre possível cuidar para que haja economia no uso de materiais. A maior parte do material utilizado no dia-a-dia de serviço, quando descartado,

pode ser reciclado.

■ PAPEL

Reduza o uso de papel. Dê preferência ao papel reciclado ou não clorado. Use as duas faces das folhas de papel para escrever, imprimir e fazer fotocópias. Planeje e cuide para imprimir apenas o mínimo necessário de fotocópias. Faça blocos de nota com papéis usados ou mande folhas de volta para a impressora para imprimir no verso materiais só de leitura. Desmonte caixas e embalagens que serão descartadas. Ao descartar, não amasse o papel. Rasgue ou dobre as folhas para fazer menos volume e facilitar a reciclagem. Lem-

bre-se, também, de evitar jogar material orgânico (café, resto de comida) no mesmo coletor do papel. Arquive documentos em CDs, sempre que possível, em substituição ao papel.

■ ENVELOPES

Reaproveite envelopes, sempre que possível. Dê preferência aos envelopes "vai-vem", para correspondência interna. Para aproveitar envelopes comuns, você pode colocar etiquetas adesivas sobre o endereço do remetente e do destinatário. Neste caso, você pode anotar num dos cantos "reutilizado", como forma de incentivo para que outros também o façam. ■

Campanha do Agasalho TRT-PR - 2008

A Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR realizou, de 8 a 30 de maio, a edição 2008 da Campanha do Agasalho. Foram arrecadados agasalhos, roupas, cobertores e calçados. O material será entregue ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI (em Almirante Tamandaré, que atende a crianças carentes de todo o município) e ao Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida - COEP (em Curitiba). Parte das doações será direcionada para a realização de um bazar (a preços simbólicos) exclusivo para os trabalhadores da área de limpeza do Tribunal, cuja renda será revertida em lanche para aqueles profissionais.



Campanha do Agasalho Assejutra - 2008

A Assejutra - Associação dos Servidores Públicos da Justiça do Trabalho - realizou Campanha do Agasalho, em Maringá, de 29 de abril a 31 de maio. A arrecadação será destinada à entidade Encontro Fraternal Lins de Vasconcellos, que presta assistência a crianças de zero a 12 anos, aprendizes de 14 a 20 anos e famílias carentes. Foram doados cobertores, calçados e roupas.



A atitude pioneira de alguns colegas que representam a Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná, com sede em Maringá, nos jogos nacionais dos servidores da Justiça do Trabalho, tem propiciado a conquista de várias medalhas para o Paraná. Esta olimpíada é organizada pela Anastrá - Associação Nacional dos Servidores do Judiciário Trabalhista.

Em 2004, na olimpíada organizada em Natal (RN), as servidoras Ethel Samek, da Vara do Trabalho de Campo Mourão, e Andréia Santos, da 2ª Vara do Trabalho de Maringá, conquistaram o ouro na categoria de vôlei de praia. Também no vôlei de praia, as servidoras Madail Alves da Silva e Lúcia Abadia Fávaro, da 1ª Vara do Trabalho de Maringá, conseguiram medalha de bronze. A partir daí a participação paranaense só cresceu. Na última edição no ano de 2007, em João Pessoa (PB), nossas representantes conquistaram o ouro no vôlei de praia e no vôlei de quadra, além de medalhas de bronze na corrida - 3.000 e 5.000 metros. O grau de profissionalismo com que as

Esforço, suor e conquista

Atletas do TRT-PR participam das Olimpíadas da Justiça do Trabalho

representantes do Paraná preparam-se é exemplar. Os times de vôlei de quadra e de areia treinam três vezes por semana e o pagamento do técnico de cada equipe é feito pelas próprias atletas. No atletismo, cada esportista faz o treino conforme seu cronograma. Tanto esforço não fica sem reconhecimento. Prova disso é que, desde a primeira participação, as colegas do vôlei de areia têm o patrocínio da Cocamar-Purity e o time de vôlei de quadra conseguiu o apoio da Noma do Brasil Automóveis, Usucucar - Usina de Álcool e Açúcar Santa Terezinha, Associação Bom Samaritano e Supermercados São Francisco.

O investimento no esporte com o apoio da empresa ou da associação de empregados tem crescido no Brasil. As empresas e associações sabem que o seu futuro está diretamente ligado à saúde e ao bem-estar de seus empregados/associados. Para Marcelo Almeida, administrador, especialista em recursos humanos e consultor da Fosfertil-Ultrafertil, "instruir os empregados sobre como alcançar melhor qualidade de vida agrega muitos benefícios às empresas". Os colaboradores sentem-se mais motivados, reconhecem que a empresa está preocupada com seu bem-estar, o que aumenta sua produtividade; há uma redução de custos em relação às doenças de trabalho; estreita-se o

relacionamento interpessoal dentro da empresa, facilitando processos; os empregados sentem-se estimulados a buscar em seguida um maior aperfeiçoamento profissional, o que acaba revertendo numa equipe com melhor formação profissional".

Algumas dessas perspectivas fazem-se presentes no depoimento das atletas. "Mesmo trabalhando na sala de audiência nunca tive problema de LER - Lesão por Esforço Repetitivo, pois me exercito muito treinando vôlei" diz Andréia, da 2ª Vara do Trabalho de Maringá. Para a servidora Cleide, da 3ª Vara do Trabalho de Maringá, "o esporte melhora a saúde, o humor e a disposição em geral". Outros aspectos da integração esportiva também são lembrados, "acima da competição a integração com colegas de outros regionais é muito bacana" afirma a colega Ethel, da Vara do Trabalho de Campo Mourão. Concorda com ela a diretora da 1ª Vara do Trabalho de Maringá, Madail Alves da Silva, "a integração com colegas de outros regionais é uma experiência muito rica".

A próxima olimpíada acontecerá de 8 a 15 de novembro, em Fortaleza. ■

Sites consultados:

<http://www.inovarh.com.br>

<http://www.anastrá.com.br>

Projeto que cria cargos e gratificação na Justiça do Trabalho do Paraná é enviado à Câmara

Foi enviado à Câmara Federal, em 30 de abril, o PL 3.350/2008, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. O projeto, de iniciativa do TRT-PR e de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, entre outras questões, cria 320 cargos (220 de analista e 100 de técnicos), 392 FC5 e 15 CJs (4 CJ3 e 11 CJ2). A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Art. 24, II, e tramita em regime de prioridade.

O quadro de servidores da 9ª Região da Justiça do Trabalho é de 1.939 cargos. A última vez que o Paraná obteve aprovação em projeto de criação de cargos foi em 2003, que resultou na Lei 10.770, com a criação 332 cargos de servidores.



Etiologia da dor em odontologia

De todas as dores que atingem o homem, a dor dental é uma das mais sensíveis, pois pode afetar não somente o dente, mas toda a rede nervosa da região ao seu redor. Ocorre que nem sempre é o dente o culpado pela dor. As cáries e as doenças da gengiva, são as causas mais comuns.

O dente possui uma capa externa dura, o esmalte dental. Logo abaixo, encontramos uma outra camada, a dentina, e, no seu interior, uma câmara oca, a câmara pulpar, recheada de vasos sanguíneos que nutrem o tecido, e de nervos que são responsáveis pela sua sensibilidade. A dor dental propriamente dita ocorre quando a cárie evolui na direção dessa câmara. Quanto maior a proximidade da cárie em relação ao nervo, maior a sensibilidade. No início do processo, a dor é fugaz e costuma ser provocada pelos alimentos, geralmente doces, e pela sensação térmica de frio. Nessa fase, se devidamente tratada, a lesão costuma ser reversível e não provoca maiores danos. Se não tratada, a cárie tem livre curso, evoluindo para a dor espontânea, a pulpite aguda e irreversível, de característica pulsátil e lancinante, somente mitigável através da terapia do canal do dente afetado.

A doença gengival pode também simular uma dor dental. O acúmulo de resíduos alimentares, devido a uma higiene bucal deficiente, associado à flora bacteriana entre a gengiva e o dente geram um processo inflamatório, caracterizado por, vermelhidão, inchaço, sangramento e dor na gengiva à escovação. A placa dental aderida na altura da margem gengival vai endurecendo pela deposição de sais minerais presentes na

saliva, irritando constantemente, agravando o processo inflamatório. Segue-se o descolamento gengival, originando um espaço que se chama bolsa periodontal, entre o dente e a gengiva com a destruição do ligamento periodontal, grupo de fibras situadas em torno da raiz do dente, que funcionam como um amortecedor para os impactos durante a mastigação, fazendo com que o dente perca sustentação e amoleça.

“A filosofia da nova odontologia, minimamente invasiva, tem contribuído para que os pacientes enfrentem o tratamento odontológico com mais tranquilidade”.

Se esse paciente não for orientado visando à melhoria das condições de higiene bucal, e se continuarem os hábitos alimentares antigos, associados a uma baixa defesa orgânica, eventual tabagismo e a não consulta ao dentista, segue-se a periodontite, mais dolorosa, com possíveis abscessos periodontais, perdas ósseas, culminando, com a expulsão do dente afetado. Ao descolar-se a gengiva do dente, expõe-se o cimento que é a camada mais sensível da raiz. Essa exposição também pode provocar hipersensibilidade dentária, uma sensação dolorosa desencadeada pelo frio, gelado, calor e até mesmo pela escovação. Um terceiro tipo, a dor na maxila e mandíbula, origina-se nas disfunções da Articulação Temporomandibular.

Suas causas estão nos problemas de má oclusão, quando os dentes superiores não se “casam” com inferiores, e nas situações de estresse gerando tensões

que são liberadas em estado de vigília (apertamento dentário), ou, durante o sono, bruxismo (ranger de dentes). Afetam todo o maxilar, seja superior ou inferior, articulações, ligamentos, músculos da cabeça e pescoço, podendo estar na origem das dores de cabeça e no cansaço dos músculos da face.

O quarto tipo, que se manifesta num número mais reduzido de indivíduos, a dor na boca, pode surgir em consequência de condições psiquiátricas severas, em que o paciente imagina ter a dor, dita “dor fantasma”. Outras doenças como câncer bucal, sinusites, otites ocorrentes na cabeça e pescoço, também podem produzir dor com foco em toda a boca. E por último, temos a dor provocada pelo tratamento odontológico, dita iatrogênica. Alguns procedimentos realizados pelo dentista tais como cirurgias, tratamento de gengiva, restaurações dentárias, instalação e manutenção de aparelhos ortodônticos, implantes dentários, entre outros, podem funcionar como estímulos desencadeantes de sensibilidade dolorosa naquele local.

A filosofia da nova odontologia, minimamente invasiva, tem contribuído para que os pacientes enfrentem o tratamento odontológico com mais tranquilidade. Técnicas e protocolos específicos, modernos equipamentos, potentes anestésicos, analgésicos e antiinflamatórios de última geração, empregados no pré, trans e pós-operatório, garantem, seguramente, um tratamento sem o desconforto da dor. ■

Lauro Xavier Neto é odontólogo do TRT da 9ª Região.

Desembargador Edmilson recebe Título de Cidadão Honorário

O desembargador federal do Trabalho Edmilson Antonio de Lima do TRT-PR receberá o título de Cidadão Honorário de Ibaiti. A entrega da homenagem será realizada em sessão solene a ser agendada pela Câmara Municipal. O projeto foi proposto pelo vereador Paulo Sérgio Costa de Souza.